

35 ANA encaminhou um ofício para a SEMA informando que o Programa de Despoluição de
36 Bacia Hidrográficas – PRODES encontra-se com as inscrições abertas até o dia 31 de
37 julho para que projetos de estações de tratamento de esgotos sanitários concorram a um
38 Contrato PRODES, o qual poderá corresponder de 30 a 100% do valor do projeto,
39 visando reduzir a poluição hídrica e incentivar a instalação de estações de tratamento,
40 destacando ainda que maiores informações poderão ser obtidas no site da ANA.
41 Informou aos conselheiros que o SR. Luiz Henrique Magalhães Noquelli, que até a última
42 reunião ocupava o cargo de Superintendente de Recursos Hídricos e Secretário
43 Executivo do CEHIDRO, foi exonerado no dia 17 de maio de 2013 e substituído pelo Sr.
44 Nédio Carlos Pinheiro. Colocou que o Sr. Nédio Pinheiro está participando da reunião do
45 Fórum Nacional dos Órgãos Gestores, em João Pessoa, que ocorre hoje e amanhã, e
46 devido à isto não está presente nesta reunião. Colocou que a participação dele no Fórum
47 Nacional dos Órgãos Gestores é fundamental, uma vez que a SEMA é a Coordenadoria
48 Administrativa do mesmo e devido à relevância dos temas que serão discutidos no
49 mesmo, sendo a apresentação das propostas da Superintendência de Recursos Hídricos
50 e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, a qual o sr. Ney Maranhão Assumiu
51 recentemente, e a apresentação do status quo das Salas de Situação nos diversos
52 estados da federação. Em seguida colocou aos presentes que a SEMA está
53 implementando a sua Sala de Situação, que possui o objetivo de monitorar os eventos
54 hidrológicos críticos no Estado feita através de um acordo de cooperação técnica entre a
55 SEMA e a ANA, passando a palavra à Sra. Lorena Nicochelli, técnica da SEMA que está
56 à frente da implantação desta Sala. A Sra. Lorena Nicochelli colocou que a implantação
57 da Sala de Situação passa por várias fases, sendo a primeira a elaboração de um atlas
58 de vulnerabilidade do Estado, o qual já foi elaborado pela SEMA em conjunto com a
59 Defesa Civil, o qual já está para ser publicado pela ANA, em seguida é estabelecido os
60 pontos monitoramento onde serão instaladas estações hidrometeorológicas, o que já foi
61 feito porém alguns dos pontos encontram-se em negociação junto à ANA, e em seguida a
62 instalação física da sala propriamente dita, para a qual a SEMA já possui o espaço físico
63 e a ANA deverá encaminhar os equipamentos para a mesma na segunda-feira. Destacou
64 ainda que a intenção é que a Sala de Situação tenha a cara do Estado, podendo ser
65 agregadas outras funções à mesma se for do interesse, como monitoramento de
66 queimadas e desmatamento, entre outros, porém o foco principal deve ser o
67 monitoramento dos eventos hidrológicos críticos. A conselheira Vera Lopes questionou
68 que entidades estão envolvidas neste projeto, sendo respondida pela Sra. Lorena

69 Nicochelli que a SEMA, Defesa Civil, Bombeiros e Polícia Militar são as entidades
70 envolvidas diretamente, ao que a conselheira Vera Lopes colocou que enchentes levam à
71 propagação de doenças e que a SES tem o Projeto Multirisco, que trata de eventos deste
72 porte, e gostaria de solicitar a inclusão da SES entre as entidades que participam desta
73 sala. A Sra. Lorena Nicochelli ponderou que o foco da Sala de Situação é a produção de
74 informações de cheias de origem em condições ambientais e o foco da Presidência da
75 República com o apoio à criação destas Salas é unir as entidades que trabalham nesta
76 parte da gestão de recursos hídricos, destacando que pode ser incluída a SES se for
77 interesse do Estado. O Secretario Adjunto complementou que a Sala de Situação é um
78 instrumento de monitoramento e todas as informações geradas na mesma serão
79 disponibilizadas, ponderando eu adesões são sempre bem vindas. A conselheira Vera
80 Lopes solicitou que o acordo técnico entre a SEMA e a ANA lhe fosse encaminhado por
81 email para conhecimento. Em seguida a Secretária do CEHIDRO informou que o
82 conselheiro titular da CAB Cuiabá, Sr. Leopoldo Pires de Castro, foi substituído pelo Sr.
83 Hélio Luiz Castro. Informou aos presentes que já se encontram abertas as inscrições
84 para o XV ENCOB, que ocorrerá de 14 a 18 de outubro em Porto Alegre – RS. A
85 Secretaria do CEHIDRO colocou então aos conselheiros que a questão referente à
86 Resolução nº 55/12 do CONSEMA, através da Moção nº 13 do CEHIDRO, foi levada ao
87 Plenário do CONSEMA e deliberaram pela criação de uma Comissão de análise da
88 mesma, em conjunto com a Câmara Técnica de Integração do CEHIDRO, destacando
89 que a Comissão já realizou quatro reuniões de discutiu amplamente o tema, inclusive
90 contando com a participação da CAB Cuiabá e da Prefeitura de Cuiabá, e que na próxima
91 reunião será feita a votação na Comissão quanto à manutenção ou não da Resolução em
92 questão. Em seguida, colocou aos presentes que ocorreu em Cáceres no dia 03 de julho
93 de 2013 a 3ª Reunião Pacto das Cabeceiras do Pantanal, destacando que a próxima
94 ocorrerá no dia 16 de agosto em Cáceres e que o Pacto será melhor explicado na
95 continuidade da reunião. O Secretario Adjunto deu continuidade à pauta, colocando que o
96 próximo item é a Apresentação do Pacto em Defesa das Cabeceiras do Pantanal, que
97 será feita pelo conselheiro Décio Siebert, passando a palavra ao mesmo. O conselheiro
98 Décio Siebert agradeceu o espaço e iniciou a sua apresentação colocando aos presentes
99 os antecedentes do Pacto, destacando todas as reuniões e estudos já realizados na
100 região, ponderando que o pacto atualmente tem a participação de todos os setores e não
101 tem como objetivo elaborar uma nova legislação, mas sim ser de adesão voluntária.
102 Colocou que teve como base um estudo de Análise de Risco elaborado pela WWF, onde

ficou comprovado que 30% da água do pantanal é proveniente da região, e desta forma não é possível se separar a região do planalto, onde ficam as nascentes, da planície, onde estão as áreas de inundação, mas sim se deve buscar a preservação do sistema como um todo, o que levou a se buscar a consolidação de um Pacto em defesa das Cabeceiras. Destacou que o Pacto se iniciou com uma moção aprovada no XIV ENCOB, e que em reuniões posteriores se aprovou a inclusão de uma aliança para o desenvolvimento sustentável da região juntamente ao trabalho do Pacto. Em seguida apresentou a metodologia para a montagem do Pacto, destacando que tudo é feito através de um grupo tripartite que reúne várias instituições e é voltado para a discussão do Pacto, focando não somente na qualidade, mas também na quantidade e abrangendo ainda os aspectos sociais, de saúde, entre outros, destacando que todas as decisões são tomadas por consenso. Em seguida apresentou os objetivos do pacto, sua área de abrangência, organização e como funcionará as decisões do mesmo, destacando que foi separado em duas fases, as quais já tem seus prazos estabelecidos e para a primeira já está sendo elaborado um diagnóstico da área, agradecendo à SEMA pela disponibilização de dados para este diagnóstico e em seguida apresentando as metas a serem atingidas na segunda fase do pacto. Encerrou a apresentação agradecendo a todos e convidando-os a participarem do seminário que ocorrerá em Cáceres no dia 16 de agosto. A conselheira Alessandra Panizi questionou a diferença entre as nascentes protegidas na apresentação, que totalizavam 11%, e as áreas de proteção integral, que totalizavam 5%, ao que o conselheiro Décio Siebert respondeu que esta separação foi feita seguindo o conceito utilizado no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. A conselheira Alessandra questionou se não irá ocorrer um conflito com os Comitês, uma vez que irá discutir o que pode ou não ser feito na região, o que é uma das atribuições do Comitê, ponderando que um comitê que tenha abrangência por toda a área e atue em toda a região poderia ser mais adequado, pois utilizaria a força dada ao mesmo pela Lei. O conselheiro Décio Siebert respondeu que o comitê participa, mas o pacto é um acordo entre as instâncias que não irá virar lei, um acordo de cavalheiros, e dentro deste está se fomentando a criação de comitês. Ponderou que os comitês não tem legalmente como receber dinheiro atualmente, e o pacto tem recursos pelas entidades que apoiam a sua elaboração, mas futuramente pode ser passada a execução do pacto aos comitês, destacando que para dar mais viabilidade a escolha das entidades será feita por um membro do Ministério Público, OAB e SEMA, porém a adesão ao Pacto é voluntária. A Secretaria do CEHIDRO questionou se as reuniões são abertas, ao que o

conselheiro Décio Siebert respondeu que sim, uma vez que uma das intenções é atrair o maior numero de pessoas possível para participarem do pacto. Destacou que o Superintendente de Recursos Hídricos Nédio Pinheiro e o Sr. Ângelo Lima da WWF tiveram uma reunião com o Secretario Sr. José Lacerda para apresentar o Pacto, sendo complementado pelo Secretario Adjunto que o Sr. Ângelo Lima apresentou o Pacto e encaminhou toda a documentação para fortalecer o entendimento da importância do mesmo e a SEMA irá acompanhar e participar da sua elaboração. A conselheira Alessandra Panizi colocou que a FIEMT tem feito um trabalho para a conscientização da importância dos Comitês e tem convocado as industrias da região para participar do mesmo, oferecendo apoio para a divulgação junto as industrias da área abrangida pelo Pacto bem como pelos Comitês que serão criados, ao que a conselheira Telma Monteiro complementou que a SES também tem feito este trabalho junto as suas unidades regionais. O conselheiro Décio Siebert colocou que a APROSOJA fez um convite para ser feita uma apresentação sobre o Comitê do Sepotuba com o intuito de saber o que é e o que faz, destacando que esta palestra será ministrada no dia 08 de agosto na regional da APROSOJA em Tangará da Serra. Dando continuidade a Secretaria do CEHIDRO informou aos conselheiros que o próximo item da pauta é a apreciação da Minuta de Resolução nº 57, que altera a Resolução nº 44 de 11 de outubro de 2011 que trata dos critérios técnicos a serem aplicados nas análises dos pedidos de outorga de águas subterrâneas de domínio do Estado de Mato Grosso, destacando que esta Minuta foi analisada e aprovada pela Câmara Técnica de Aguas Subterrâneas, e passou a palavra á Sra. Talita Menezes, Analista de Meio Ambiente da SEMA. A Sra. Talita Menezes leu o Art. 1º da Minuta, explicando que existe dificuldades dos pequenos usuários para a realização do teste de 24 horas, que era a exigência anterior, em muitos casos os técnicos sabem que a maquina não fica durante as 24 horas no local, destacando que é uma grande restrição na resolução a exigência deste teste, ponderando que a substituição do mesmo pelo teste de vazão com rebaixamento até a estabilização do nível dinâmico flexibiliza a Resolução mas não impede que seja solicitado o teste de 24 horas caso o técnico ache necessário e tenha o risco de se prejudicar o aquífero. A conselheira Alessandra Panizi questionou como se dá na pratica a recuperação do nível, ao que a Sra. Talita Menezes respondeu que o nível estabiliza após um prazo mantendo uma vazão estável e não rebaixa o nível do aquífero. A conselheira Telma Monteiro ponderou que inicialmente acreditou que tinha se excluído a exigência do testa, porem posteriormente entendeu que somente se flexibilizou as exigências para a emissão da

171 outorga. A conselheira Alessandra questionou o que é feito se o usuário não utilizar todo
172 o tempo necessário para rebaixar, ao que a Sra. Talita Menezes respondeu que ele
173 informa na outorga o tempo de captação diária. A conselheira Telma Monteiro colocou
174 que foi generalizada a exigência e fica a critério do analista somente verificar a
175 necessidade do teste de 24 horas, ao que a Sra. Talita Menezes respondeu que sim,
176 ponderando que a generalização é necessária pois o estado possui diversos aquíferos e
177 não seria viável individualizar as exigências por aquíferos neste momento. A Sra. Talita
178 Menezes deu continuidade à leitura, ponderando que no Art. 2º da minuta foi feita
179 somente uma correção de nomenclatura na Resolução. A conselheira Luciana Barreto
180 colocou que existe uma lei Municipal, nº 4.609/2004 que proíbe a perfuração de poços
181 sem a autorização da prefeitura, ao que a Sra. Talita Menezes colocou que a Prefeitura
182 não tem competência para disciplinar a gestão das águas subterrâneas por ser um bem
183 do Estado, ponderando que esta é uma discussão para outra reunião. A conselheira
184 Luciana Barreto colocou que a Lei Federal de Saneamento, nº 11.445, também proíbe,
185 sendo colocado pela conselheira Telma Monteiro que isto estava sendo discutido na
186 CTAS porem não avançamos no tema. A Secretaria do CEHIDRO ponderou que se for
187 feita uma Resolução do CEHIDRO valerá para o Estado como um todo, e não somente
188 para Cuiabá. A conselheira Luciana Barreto, colocou que a ausência de abastecimento
189 deveria ser uma pré-requisito para a outorga de poços, ao que a conselheira Alessandra
190 Panizi ponderou que quando se emitia LP, LI e LO para captação subterrânea o
191 município discutia, porem no momento que houve a mudança para outorga o mesmo
192 perdeu esta competência para discutir. O conselheiro Joilson Fonseca colocou que a Lei
193 municipal é infeliz por utilizar nomenclatura inadequada e errada. A conselheira Telma
194 Monteiro colocou que deve se voltar a discutir este tema na CTAS, ao que a Secretaria
195 do CEHIDRO afirmou que ira agendar a reunião para tratar do tema. A Secretaria do
196 CEHIDRO colocou então em votação a Minuta de Resolução nº 57, que altera a
197 Resolução nº 44 de 11 de outubro de 2011 que trata dos critérios técnicos a serem
198 aplicados nas análises dos pedidos de outorga de águas subterrâneas de domínio do
199 Estado de Mato Grosso, a qual foi aprovada por unanimidade. Encerrada a pauta, o
200 Secretario Adjunto abriu a palavra aos conselheiros. O conselheiro Décio Siebert colocou
201 que o Pacto em Defesa das Cabeceiras do Pantanal será apresentado no XV ENCOB
202 como uma realização do XIV ENCOB em conjunto com o CBH Sepotuba. A conselheira
203 Telma Monteiro solicitou que fosse divulgada a Conferencia de Meio Ambiente para os
204 conselheiros, pois a mesma trata de recursos hídricos, bem como convoca-los a

participar da mesma. Nada mais a ser dito, o Secretário Adjunto agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 10h 40min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pela Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

JOSÉ ESTEVES DE LACERDA FILHO
Presidente do CEHIDRO

NÉDIO CARLOS PINHEIRO
Secretário Executivo do CEHIDRO

** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 27/09/2013*

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*